

Giana Nápoles Gomes Idenilse Maria Moreira*

Resenha

Obra

ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi, organizadoras – SORJ, Bila; MATOS, Marlise; OLIVEIRA, Zuleica Lopes Cavalcanti de; PICANÇO, Felícia Silva; RIBEIRO, Carlos Antônio Costa; HERINGER, Rosana; MIRANDA, Dayse; PEIXOTO, Clarice Ehlers; CAPPELLIN, Paola. **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 303p.

2) Credenciais das Autoras

Clara Araújo é doutora em sociologia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Celi Scalon é doutora em sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, onde é professora. Bila Sorj é professora do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, doutora em Sociologia pela Universidade de Manchester (Grã-Bretanha). Marlise Matos é professora do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, doutora em Sociologia pelo Iuperj, mestre em teoria psicanalítica pela UFRJ e graduada em psicologia pela UFMG. Zuleica Lopes Cavalcanti de Oliveira é pesquisadora e professora adjunta da Escola de Serviço Social da UFRJ, doutora em sociologia pelo Iuperj. Felícia Silvia Picanço professora e pesquisadora do Departamento de Ciências Sociais da UERJ, mestre em sociologia pelo Iuperj. Carlos Antônio

Costa Ribeiro é professor de sociologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, doutor em sociologia pela Columbia University (Nova York). Rosana Heringer é coordenadora – geral de programas da ActionAid Brasil e pesquisadora associada do Centro de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Cândido Mendes, doutora em sociologia pelo Iuperj. Dayse Miranda é pesquisadora da Cepia (Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação) e do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Cândido Mendes, mestre em Sociologia pelo Iuperj. Clarice Ehlers Peixoto é professora de antropologia da UERJ, doutora em antropologia social pela EHESS (Paris). Paola Cappellin é professora do PPGSA/UFRJ e doutora em sociologia Université Paris X, Nanterre.

3) Digesto

Esta obra é uma coletânea dos trabalhos realizados no âmbito da pesquisa “Gênero, trabalho e família”, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj). A pesquisa consistiu na realização de um survey - International Social Survey Programme, programa de colaboração entre países que têm como objeto a produção de dados comparativos sobre tópicos relevantes para a ciência social - buscando conhecer sobre questões como a inserção da mulher no mercado de trabalho, a divisão do trabalho doméstico, a maternidade e o casamento, e a relação entre a satisfação individual e a vida familiar. Além de analisar seus paradigmas tradicionais, quais as expectativas de mudanças desses paradigmas, e se no Brasil as relações profissionais, conjugais e pessoais acompanham o processo de mudança erigido pelo desenvolvimento da economia numa sociedade pós-industrial ou pós-materialista.

Logo no primeiro capítulo Clara Araújo e Celi Scalon buscam saber como andam as relações familiares com o ingresso da mulher no mercado de trabalho. Desta forma foi verificado que também no Brasil vive-se um processo de mudanças importantes nos padrões de organização familiar e na forma como as relações de gênero se constituem quando inerentes ao trabalho assalariado e ao trabalho doméstico. Mereceu atenção especial a análise da relação entre percepção e opinião sobre o papel da mulher na sociedade moderna e as práticas na divisão das responsabilidades nas tarefas domésticas.

No decorrer do livro, verifica-se que a estrutura da organização familiar está, também, relacionada com a posição do indivíduo na sociedade de consumo, ou seja, a sua localização como consumidor tende a produzir diferenciações na forma de perceber o indivíduo nas suas relações familiares. Assim, no

caso dos homens, a condição de ser “ativo” não altera muito os valores ligados a ele, tendo em vista que historicamente os homens nasceram para ganhar dinheiro e prover a família, no entanto, no caso das mulheres, a sua condição de escolaridade, a condição de ocupação - o fato de estar ou não inserida no mercado de trabalho – revela a importância do trabalho remunerado como elemento de redefinição de valores.

Historicamente foi designado à mulher o âmbito do privado, isto é, lidar com as relações afetivas, com o cuidado dos filhos e o trabalho doméstico. Até mesmo quando as mulheres entram no mercado de trabalho essa responsabilidade continua atribuída a elas. Entretanto, apesar de algumas pesquisas apontarem para uma tendência de maior envolvimento do homem com a vida familiar, quando se trata de trabalho doméstico e educação dos filhos, a situação ainda parece estática, quer dizer, não há uma participação efetiva do marido para com estas tarefas.

No geral, as mulheres vêm, no trabalho remunerado, uma forma de tornarem-se autônomas e realizadas pessoal e profissionalmente, porém, as dificuldades de conciliar trabalho fora de casa com atividades domésticas causam-lhes insatisfação, além do acúmulo da jornada de trabalho.

Vale ressaltar, ainda, que a forte cultura patriarcal está tão fortemente enraizada na sociedade, que muitas vezes, são as próprias mulheres as detentoras de visões tradicionalistas – em relação a divisão dos trabalhos no âmbito do privado - chegando ao ponto de afirmarem ser, realmente, uma obrigação feminina o cuidado com os filhos e o trabalho doméstico. No entanto, essa opinião muda quando se verifica um aumento no nível de escolaridade das entrevistadas.

No terceiro capítulo Marlise Matos trabalha com o conceito de “tradicionalização” e “destradicionalização” um índice criado com base dos dados do survey. O primeiro corresponde àqueles valores culturais, religiosos, políticos, etc., tidos como de longa duração, mas que estão passando por reformulações ou sendo substituídos por uma tendência que ela chamou de “destradicionalização”, influenciada, principalmente, pelo crescimento econômico numa sociedade chamada de pós-materialista.

De acordo com a pesquisa realizada pela autora, entre homens e mulheres das diversas camadas sociais brasileiras, as pessoas assimilam “as idéias” de destradicionalização - mudanças das formas de pensar, agir e até julgar - porém, na prática essas idéias não são utilizadas, principalmente quando relacionadas ao trabalho doméstico e com o cuidado dos filhos.

No quarto capítulo, Zuleica Lopes buscou meios de compreender melhor a provisão familiar. Interessava saber em que medida a contribuição feminina se destaca dos demais membros da família, se a mulher cônjuge ativa adquiriu a condição de co-provedora ou mesmo provedora da família.

Pesquisas apontaram redefinições dos papéis familiares de gênero no que diz respeito à provisão da família, desta forma a passagem da mulher/cônjuge para trabalhadora assalariada enfraqueceu os alicerces do modelo de família assentados na ética do provedor. A mulher passou a dividir as responsabilidades econômicas com o marido, assim, a provisão única está sendo substituída pela provisão compartilhada entre os cônjuges nas famílias que têm o homem como referência. Mas, apesar disso, a mulher mesmo como trabalhadora assalariada dividindo ou até assumindo as responsabilidades econômicas dentro de casa continua ligada, ao campo simbólico, com o espaço privado das famílias. Este descompasso entre práticas e valores não permitiu que a mulher pudesse, também, usufruir a posição de prestígio social conferida aos homens pela função de provedor.

No sexto capítulo, Carlos Antônio Costa Ribeiro, faz uma crítica ao fato de as teorias sociológicas clássicas terem dado sempre mais importância ao estudo das classes sociais ao invés da distinção de gênero como o elemento fundamental de diferenciação social. O autor trata de três temas fundamentais para o entendimento das relações de classe e gênero na sociedade brasileira: a mobilidade e classes sociais; o casamento e classes sociais; e a divisão doméstica do trabalho e as classes sociais. A discussão do capítulo leva a conclusão, já tão debatida na obra, de que a maioria do trabalho doméstico é realizado por mulheres, que as mobilidades intergeracionais são definidas pela classe de origem das pessoas e os maridos continuam a ter posições de classe superiores às de suas esposas.

Rosana Heringer e Dayse Miranda, no sétimo capítulo, abordam as desigualdades causadas pelo acúmulo histórico da população afro-brasileira, mostrando que esse grupo está entre os mais pobres no Brasil. A explanação mostra que a percepção de homens e mulheres, sobre seus papéis, no âmbito da divisão sexual do trabalho doméstico está estritamente relacionado com cor e raça. A pesquisa aponta ainda que as pessoas brancas possuem um maior nível de escolaridade, ou seja, maior acesso ao mercado de trabalho, do que a população negra.

No capítulo oitavo, Clarice Ehlers Peixoto expõe os aspectos da solidariedade familiar, ou seja, as trocas e apoios entre gerações. A família é colocada como sendo quase sempre um apoio às pessoas desamparadas pelas políticas e

programas sociais. A autora analisa a ajuda dada pela geração mais velha à mais nova, como, por exemplo, uma avó que cuida dos netos porque a mãe das crianças tem que trabalhar e por isso não pode fazê-lo. A solidariedade pressupõe uma obrigação de retribuição, seja consciente ou inconsciente, não se tratando apenas da ajuda dos mais velhos aos mais novos, podendo acontecer no sentido inverso, ou seja, quando os filhos adultos ajudam os pais, dessa forma a relação pode ser caracterizada por um sentimento de dever.

O livro é um instrumento importantíssimo para a percepção das condições vivenciadas pelas mulheres tanto no âmbito público quanto no privado, analisando assim as desigualdades de gênero no Brasil e relacionando-as com as mais variadas dimensões da vida cotidiana.

Ficou claro que existe no Brasil uma tendência de democratização das relações de gênero, no entanto, esta democratização ainda está longe do ideal de igualitarismo entre os sexos, principalmente no que se refere ao trabalho doméstico e educação dos filhos.

As modificações nas formas de convivência familiar não significam uma “crise na família” e sim uma revisão das tradicionais atribuições, feitas por divisão de sexo, além da oportunidade de dar às mulheres o direito de terem direitos.

Vimos que as mudanças não correm, andam, e a passos lentos, porém se levamos em consideração que vivemos numa sociedade marcada por fortes influências do modelo de “família patriarcal” as perspectivas (baseadas nas pesquisas) apontam que a sociedade brasileira está menos machista do que costuma supor o senso comum.

Acreditamos que ainda há de se chegar o momento em que as mulheres, irão “negociar” com seus parceiros as tarefas domésticas, irão ser reconhecidas não pela sua função de “maternagem” e/ou donas-de-casa, e sim por suas conquistas pessoais e profissionais. Lutamos por uma identidade, diferente daquela que nos foi atribuída. As condições estão postas e o momento parece propício. Só assim tiraremos de nossas vidas o fardo da identidade imposta ou da falta de identidade, assim como as duplas, triplas jornadas de trabalho que acompanham o nosso cotidiano.